

**JNT - FACIT BUSINESS AND TECHNOLOGY
JOURNAL ISSN: 2526-4281 - QUALIS B1**



**O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E AS
SUAS FACES: IMPLICAÇÃO E RELAÇÃO NA
INCLUSÃO E OU EXCLUSÃO SOCIAL NA
EDUCAÇÃO BÁSICA**

**PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING AND
ITS FACES: IMPLICATION AND
RELATIONSHIP IN SOCIAL INCLUSION AND
OR EXCLUSION IN BASIC EDUCATION**

Lucimari Gonçalves Araújo MOTA
Universidade Estadual do Tocantins
(UNITINS)

E-mail: lucimarimota@unitins.br

Denyse Mota SILVA
Universidade Estadual do Tocantins
(UNITINS)

E-mail: denyse.ms@unitins.br



RESUMO

A Educação Inclusiva é um dos maiores desafios no processo de ensino e aprendizagem, envolvendo não somente a pessoa com deficiência, mas também a família, a escola e a sociedade. O artigo visa refletir sobre a relação entre o ensino de Língua Portuguesa, a inclusão e/ou exclusão social dos alunos no contexto da educação básica, apontando para o entendimento na Diversidade linguística e Educação Especial. A escolha do tema justifica-se por se tratar de uma temática que vem sendo discutida de diversas formas, apontando para um grande desafio educacional especializado em atendimento de crianças e adolescentes com necessidade especial na educação básica. A escolha metodológica adotada se justifica a partir da pesquisa de revisão bibliográfica e descritiva acerca da temática, de cunho qualitativo, respaldada por documentos oficiais da educação como BNCC (2018), e por alguns autores como: Irandé Antunes (2003), Marcos Bagno (2006), Paulo Freire (1996) entre outros que discutem o ensino da língua portuguesa e os desafios da educação inclusiva. Para tanto, escola, professor e família devem reconhecer e responder juntos às dificuldades dos alunos inclusivos, acomodando-os às diferentes metodologias de ensino e ritmos de aprendizagem, assegurando uma educação de qualidade para todos. A formação docente é essencial e ainda, desafiadora para o desenvolvimento dos alunos incluídos, a fim de que sintam seguros e participativos, especificamente nas aulas de língua portuguesa com a interação na /pela linguagem, convivendo com a diversidade onde todos são diferentes.

Palavras-chave: Diversidade linguística. Língua portuguesa. Inclusão/exclusão social.

RESUMEN

La Educación Inclusiva es uno de los mayores desafíos en el proceso de enseñanza y aprendizaje, involucrando no solo a la persona con discapacidad, sino también a la familia, la escuela y la sociedad. El artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la relación entre la enseñanza del portugués, la inclusión y/o exclusión social de los estudiantes en el contexto de la educación básica, apuntando a la comprensión de la Diversidad Lingüística y la Educación Especial. La elección del tema se justifica porque es un tema que ha sido discutido de diferentes maneras, apuntando a un gran desafío educativo especializado en la

atención de niños y adolescentes con necesidades especiales en la educación básica. La elección metodológica adoptada se justifica a partir de la investigación bibliográfica y descriptiva sobre el tema, de carácter cualitativo, sustentada en documentos oficiales de educación como BNCC (2018), y por algunos autores como: Irandé Antunes (2003), Marcos Bagno (2006), Paulo Freire (1996) entre otros que discuten la enseñanza de la lengua portuguesa y los desafíos de la educación inclusiva. Para ello, la escuela, el docente y la familia deben reconocer y responder juntos a las dificultades de los estudiantes inclusivos, acomodándolos a diferentes metodologías de enseñanza y ritmos de aprendizaje, asegurando una educación de calidad para todos. La formación de los docentes es fundamental y también desafiante para el desarrollo de los alumnos incluidos, para que se sientan seguros y participativos, específicamente en las clases de lengua portuguesa con interacción en/a través del lenguaje, conviviendo con la diversidad donde cada uno es diferente.

Palabras clave: Diversidad lingüística. Lengua portuguesa. Inclusión/exclusión social.

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa refletir sobre a relação entre o ensino de Língua Portuguesa, a inclusão e/ou exclusão social dos alunos no contexto da educação básica, apontando para o entendimento na Diversidade linguística e Educação Especial.

A inclusão em educação pretendida é aquela que valoriza qualquer diferença, que olha o aluno como ele é, que traz a cultura desse mesmo aluno para a sala de aula e, conseqüentemente, para o interior da escola, que estimula a criação de práticas em um agir comprometido com as maneiras de transpor o conteúdo e torná-lo crítico, reflexivo e criativo, criando oportunidades de construir políticas de inclusão com novas formas de intervenção, garantindo a participação de todos e não somente na tentativa de incluí-los no ensino dito "regular".

A escolha do tema justifica-se por se tratar de uma temática que vem sendo discutida de diversas formas, apontando para um grande desafio educacional especializado em atendimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais em sala de aula comum na educação básica. Durante a realização do meu estágio I de língua portuguesa em sala de aula vivenciamos o processo de inclusão na rotina escolar.

Tal realidade vai muito além das responsabilidades públicas, dos recursos financeiros essenciais, mas precisa alcançar também a socialização dos indivíduos envolvidos para o avanço da aprendizagem, tendo consciência de que todos os indivíduos têm direitos iguais perante a lei, assim como o avanço do desenvolvimento de aprendizagem na relação professor-aluno e, também no uso de metodologias de ensino que respeitem os limites de aprendizagem de cada aluno, desenvolvidas pelos professores.

E para isso a pesquisa parte-se do seguinte problema: como a escola tem trabalhado a realidade e previsões da educação inclusiva nas aulas de língua portuguesa? São utilizados metodologias e recursos didáticos apropriados? Quais as implicações para leitura e escrita?

Dessa forma, os objetivos específicos dessa pesquisa, e que visa responder os tais questionamentos são: descrever a Educação Inclusiva no contexto das previsões da BNCC; discutir a Diversidade Linguística na realidade escolar e seus valores; refletir as implicações de leitura e escrita na educação especial; apontar o Papel do Professor de Língua Portuguesa no contexto da inclusão.

A escolha metodológica adotada se justifica a partir da pesquisa de revisão bibliográfica e descritiva acerca da temática, de cunho qualitativo, respaldada por documentos oficiais da educação como BNCC (2018), e por alguns dos mais renomados autores como: Antunes (2003), Bagno (2006), Freire (1996) entre outros que discutem o ensino da língua portuguesa e os desafios da educação inclusiva.

Para tanto, o trabalho está dividido em três sessões: Na primeira descreve a educação inclusiva e a BNCC; na segunda, apresenta-se a Diversidade Linguística e seus valores; na terceira, uma breve reflexão sobre o papel do Professor de Língua Portuguesa com as implicações da leitura e escrita, suas impressões e significados.

METODOLOGIA

Neste artigo optou-se por realizar a metodologia envolve pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica e discussão crítica sobre as teorias e problematizações levantadas, considerando como base do tema os textos dos documentos oficiais da educação como BNCC (2018), e obras de Marcos Bagno (2006) e Paulo Freire (1996), que discutem o ensino da Língua Portuguesa e os desafios da educação inclusiva.

Também será utilizada a abordagem qualitativa com o intuito de observar como tem sido o ensino de língua portuguesa no que se diz respeito à inclusão de alunos, e apontar

uma proposta para a realização desse ensino de forma contextualizada e igualitário. Partindo da ideia de pesquisa qualitativa, Goldenberg (2004) afirma que:

[...] os métodos qualitativos enfatizam as particularidades de um fenômeno em termos de seu significado para o grupo pesquisado. (...) a representatividade dos dados na pesquisa qualitativa em ciências sociais está relacionada à sua capacidade de possibilitar a compreensão do significado e a "descrição densa" dos fenômenos estudados em seus contextos e não à sua expressividade numérica (GOLDENBERG, 2004, p. 34).

A pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade, ela abrange a totalidade do problema investigando em suas múltiplas dimensões. Esses tipos de abordagens têm sido muito utilizados, principalmente a primeira, por conta de ser a que dá veracidade aos fatos discorridos e por possibilitar ao pesquisador a oportunidade de fundamentar seu trabalho de forma mais ampla, como declara Gil (2002):

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço (GIL, 2002, p. 45).

Desse modo, a escolha desses tipos de pesquisa se deu pela necessidade de apropriar de algumas obras que abordam sobre o tema desenvolvido para apoiar as informações explanadas e também por não objetivar quantificações de dados, mas sim compreender mais sobre a temática e buscar descrever uma nova abordagem metodológica para o assunto proposto.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: BREVES CONSIDERAÇÕES

Entender o que é a educação especial e seu público é necessário a realização de um atendimento escolar pleno e amplo. De acordo com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular-BNCC (2018, p. 76), “[...] trata-se de um ramo ou modalidade de ensino voltada para pessoas que tenham alguma necessidade educativa especial, que tenham origem em algum tipo de deficiência, tendo como principal objetivo a garantia a equidade na aprendizagem dos estudantes do país”.

Conforme o texto do Ministério Educação e Cultura, a Base Nacional Comum Curricular-BNCC não é um currículo, mas um documento que deve servir de referência para o currículo. Contudo, é importante lançar um olhar crítico e cuidadoso sobre ela, visto que, como toda proposta curricular oficial, de imediato, é “uma promessa, por certo, tentadora, de igualdade e inclusão” que requer análise.

A Educação Especial é definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu Capítulo V, Art. 58, como “a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais” (Brasil, 1996).

Modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001, p. 69).

Incluir não é apenas colocar um aluno com deficiência em uma sala de aula regular, mas também é promover a interação dos alunos com deficiência, com os demais estudantes, estabelecendo uma relação de igualdade entre eles. Para tanto afirma Mantoan (2005):

Inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro (MANTOAN, 2005, p. 24).

Quando a autora afirma que inclusão é estar e interagir com o outro, percebe-se que inclusão é mais que estar no mesmo ambiente, é a socialização do outro com o grupo, a fim de desfrutar e compartilhar de pessoas de diferentes que trazem consigo a sua singularidade.

Os professores são muitas vezes responsabilizados pelos problemas, pois geralmente o fracasso do aluno é atribuído ao fazer pedagógico docente, no entanto o professor, dentre tantas atribuições, é também o transmissor de informações, pois na

verdade o processo educacional só pode garantir a eficiência e progressão, se houver a união e colaboração de todos os envolvidos que compõe o ambiente escolar.

É um grande desafio aos professores o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, pois cabe a eles construírem novas propostas de ensino, atuar com um olhar diferente em sala de aula, sendo o agente facilitador do processo de ensino-aprendizagem. Muitas vezes os professores apresentam resistência quando o assunto é mudança, proporcionando uma grande discussão de como incluir metodologias no processo de ensino.

Nesse sentido, nas duas versões da Base Nacional Comum Curricular-BNCC há uma preocupação que esses estudantes estejam contemplados, em respeito ao que está estabelecido no Plano Nacional de Educação (Lei nº /2014) e nas convenções internacionais nas quais o Brasil é signatário.

Conforme afirma Mercado e Fumes (2019) acerca do acesso ao ensino e a presença do Atendimento Educacional Especializado-AEE, como política de ampliação a esse atendimento escolar:

A garantia do acesso à escola regular é uma premissa básica do sistema educacional brasileiro, crianças, jovens e adultos com deficiência devem estar matriculados na sala de aula comum tendo acesso ao currículo escolar e no contra turno receber o Atendimento Educacional Especializado (AEE), conforme prever a Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 9.394/1996 (MERCADO,FUMES,2019, p. 9).

Assim, cabe aos professores e AEE procurarem novas posturas e habilidades que permitam compreender e intervir nas diferentes situações que se deparam, além de auxiliarem na construção de uma proposta inclusiva, fazendo com que haja mudanças significativas pautadas nas possibilidades e com uma visão sensível e positiva das pessoas com necessidades especiais.

São vários os desafios a se romperem para trabalhar com a educação inclusiva: entre elas a falta de equipamentos adequados para cada tipo de dificuldades, a inexperiência dos professores com alunos com deficiência, a superlotação das salas, a falta de acesso aos prédios educacionais, entre outros.

Assim o tópico referente à relação entre a BNCC e a Educação Especial na perspectiva Educação Inclusiva nas duas versões, quase não sofreu mudanças, a não ser por um aspecto que na segunda versão de 2016 chama atenção: a existência de um

parágrafo que apresenta a natureza dessa modalidade de ensino, no item referente a BNCC e as modalidades da educação básica.

Mas, com toda certeza por mais desafiador que seja é possível afirmar que a BNCC reforça a adoção de uma política educacional capaz de vislumbrar uma prática pedagógica escolar inclusiva alargando os horizontes e preparando o aluno para os seus conhecimentos de mundo e diversas habilidades, inclusive sua autonomia de comunicação e linguística.

A LÍNGUA PORTUGUESA E A DIVERSIDADE LINGUÍSTICA: REALIDADE E VALORES

As questões que envolvem a diversidade linguística e os desafios do seu ensino para todos, sem dúvida, interferem nas relações em sala de aula e na qualidade de apropriação do saber, especialmente, no que se refere ao ensino de língua materna. Por isso, explica Antunes (2009):

Em qualquer língua, de qualquer época, desde que em uso, ocorreram mudanças, em todos os estratos, em todos os níveis, o que significa dizer que, naturalmente, qualquer língua se manifesta num conjunto de diferentes falares que atendem às exigências dos diversos contextos de uso dessa língua (ANTUNES, 2009, p. 22).

Portanto, não podemos pensar em uma língua homogênea, que pode ser falada da mesma forma e em todos os lugares. A variação linguística é uma das questões relevantes e que merece destaque no campo da linguagem, estando sempre presente nas relações sociais em qualquer época. Assim, as variações linguísticas existem porque as línguas são fatos sociais que ocorrem num tempo e num espaço concretos, e possuem funções definidas.

Afirma ainda Antunes (2007, p. 104) “a língua só existe em sociedade, e toda sociedade é inevitavelmente heterogênea, múltipla, variável e, por conseguinte, com usos diversificados da própria língua.” Nesse contexto, as diferenças não podem ser vistas como erro, cultura tão forte no espaço da escola e nas páginas e imagens da mídia que perpetuam o preconceito linguístico. Nesse sentido, Bagno (2002) nos lembra que:

[...] é interessante estimular nas aulas de língua materna um conhecimento cada vez maior e melhor das variedades sociolinguísticas para que o espaço de sala de aula deixe de ser o local para estudo exclusivo das variedades de maior prestígio social e se transforme num laboratório vivo de pesquisa do idioma em sua multiplicidade de formas e usos (BAGNO, 2002, p. 134).

Para o autor, a escola precisa abrir espaço ao maior número de manifestações linguísticas, realizadas no maior número de gêneros textuais e de variedades de língua: rurais, urbanas, orais, escritas, formais, informais, cultas, não cultas etc. Isso significa a abertura da escola a todos os gêneros e públicos falantes, nos quais a língua pode ser concretizada. O papel da escola frente às diferenças sociolinguísticas é de fundamental importância, não podemos simplesmente ignorar as peculiaridades linguístico-culturais dos alunos e querer substituí-las pela língua da cultura institucionalizada.

Pelo contrário, a variedade linguística desses alunos precisa ser respeitada e valorizada, sem que lhes seja negada a oportunidade de aprender as variantes de prestígio, pois a língua é um dos bens culturais mais importantes para a ascensão social. Como afirma Bortoni-Ricardo (2005):

A escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Os professores e por meio deles, os alunos têm que estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa. E mais, que essas formas alternativas servem a propósitos comunicativos distintos e são recebidas de maneira diferenciada pela sociedade (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 15).

Sendo a escola uma instituição que deveria ser responsável pela democratização, considera-se que ela não pode assumir uma postura de discriminações em relação ao dialeto popular, mas ao contrário, deve ter uma atitude respeitosa em relação à maneira de falar da comunidade na qual exerce seu trabalho. Ela precisa compreender que todas as variedades linguísticas têm seu valor, são veículos perfeitos de comunicação dentro da comunidade linguística que a utilizam. Bagno (1994), afirma que não existe nenhuma variedade nacional, regional ou local que seja intrinsecamente “melhor”, “mais pura”, “mais bonita”, “mais correta” que outra.

Toda variedade linguística atende às necessidades da comunidade de seres humanos que a empregam. Quando deixar de atender, ela inevitavelmente sofrerá transformações para se adequar às novas necessidades. Portanto, é fundamental que a escola reconheça essa variação linguística, mas não como uma questão gramatical de certo ou errado, pois nesse sentido estará contribuindo para a manutenção do preconceito linguístico, uma vez que só aceita a língua padrão e estigmatiza a linguagem popular.

A linguagem precisa ser considerada o meio pelo qual ocorre a integração social, é por meio dela que ocorrem as relações humanas, e nesse sentido necessita estar veiculada com as situações de uso em que o aluno está inserido, até mesmo com de necessidades

diversas e especiais (física, intelectual, visual, auditiva e múltipla). A escola deve mostrar a importância do fenômeno social na compreensão da linguagem, sem, contudo, deixar de reconhecer a necessidade das regulamentações normativas pretendidas pela gramática normativa que garantem a conservação da unidade linguística. Portanto, deverá trabalhar de forma contextualizada, associando a fala e a escrita no processo ensino-aprendizagem.

Dentro dessa perspectiva estará contribuindo para a participação ativa de todos os públicos alvos de alunos pertencentes às camadas populares no contexto escolar e social, pois estará oferecendo oportunidade de eles conhecerem a linguagem padrão sem desprezarem seu dialeto. A prática interativa da enunciação constitui a base para haver a construção de conhecimento quando o professor abre espaço para o diálogo, para a troca de experiências, e a partir do conhecimento prévio de seus alunos contribui para uma aprendizagem significativa.

O PAPEL DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA NO CONTEXTO DA INCLUSÃO: IMPRESSÕES E SIGNIFICADOS

A educação é um direito de todos, educação de qualidade e igualitária e nós, como professores, tentamos fazer com que isso aconteça, no entanto, o sistema educacional tem passado por grandes transformações e tem ampliado as políticas acerca da inclusão e tentado respeitar a diversidade, garantindo a convivência e a formação de professores, visando melhorias com o atendimento igualitário e princípios como a acessibilidade e locomoção.

Por muito tempo, a educação tradicional predominou no ensino da Língua Portuguesa, no qual não se levava em consideração a realidade e o interesse dos alunos, o texto era utilizado para ensinamentos de valores morais, tratamentos visualizados nos aspectos gramaticais normativos, sem respeitar as formas de oralidade e as variedades linguísticas utilizadas pelos alunos, o ensino descontextualizado era interligado a exercícios mecânicos e frases soltas, etc.

Ainda hoje, persistem práticas inadequadas, que não se encontram condizentes em relação ao ensino da Língua Portuguesa e que não colaboram de forma significativa para que o aluno amplie sua competência linguística, seja escrita ou oral. As demandas de mudanças são eminentes, e isso requer um compromisso por parte da escola e, principalmente do professor que não pode ausentar-se do pleno exercício da cidadania para com os seus alunos.

O ensino da leitura e escrita na Língua Portuguesa não pode desfazer-se de ser uma disciplina que colabore na formação de pessoas críticas, participativas, atuantes, seja em seu aspecto social ou político e, o professor de Português exerce a função primordial de ser o mediador desse processo ensino-aprendizagem, ao estimular em suas aulas o domínio das mais diversas formas de linguagem.

Em relação ao contexto da educação inclusiva, o professor de linguagem deve estar atento às diversas mudanças ocorridas na sociedade e suas metodologias, adequando-as a essa realidade do educando, melhorando assim a qualidade de ensino. É importante enfatizar que, o professor além de ter esta visão mais ampla dessa realidade inclusiva, deve ter um bom relacionamento com sua área de conhecimento para que a aprendizagem ocorra com qualidade.

Dessa forma, ao considerar que o aluno, especial ou não, seja antes de qualquer valor, um sujeito histórico, social e cultural, assim, o professor enquanto mediador do ensino-aprendizagem irá contornar as problemáticas existentes em sala de aula, e isso só se dará através de uma boa relação, a mesma é uma das ferramentas que contribui com grande relevância no comportamento, atitude, e na formação integral do indivíduo. Nessa relação está uma das peças fundamentais que é o diálogo, é por meio dele que haverá aberturas para uma aprendizagem mais reflexiva e contínua.

Segundo Freire (1996, p. 136):

[...] o desenvolvimento das competências e habilidades de leitura e escrita dependerá da metodologia adotada por toda equipe docente e de apoio, colaborando de forma satisfatória para o aprendiz. O método tradicional não contribui de forma significativa na aprendizagem, nem tampouco agrega valores de autonomia social, uma vez que o aluno de hoje está presente em um ambiente onde tudo é veloz, cuja interação pela leitura, escrita e oralidade precisa promover a coletividade e não o isolamento.

De acordo com Rojo e Moita-Lopes (2004):

[...] trazer a linguagem para o centro de atenção na vida escolar, tendo em vista o papel do discurso nas sociedades densamente semiotizadas em que vivemos. São muitos os discursos que nos chegam e são muitas as necessidades de lidar com eles no mundo do trabalho e fora do trabalho, não só para o desenvolvimento profissional, como também para saber fazer escolhas éticas entre os discursos em competição e saber lidar com as incertezas e diferenças características em nossas sociedades atuais (ROJO e MOITA-LOPES, 2004, p. 46).

Contudo, o envolvimento do professor no processo de ensino e aprendizagem nas escolhas textuais precisa objetivar a compreensão e o diálogo com o texto, descobrindo juntos, professor e aluno, o valor e o prazer da leitura, desvendando os vários sentidos possíveis e considerando as possibilidades e limites dos inclusivos no seu contexto de sala de aula.

Além desses desafios citados anteriormente, podemos citar como um desafio a precariedade de algumas escolas no que se refere à falta de estruturas para receber tais alunos, neste caso estamos nos referindo a acessibilidade determinada em lei que não é cumprida, como também, materiais didáticos pouco adequados para o ensino em que o docente precisa se adaptar a essas dificuldades para que as lições repassadas para o aprendiz avancem de forma pertinente. Conforme afirma Mantoan (2008) apud Rosa (2009), um professor de sala de aula regular, não pode ser diferente de um professor de inclusão, onde seja valorizado o respeito mútuo à sua capacidade e seu espaço, facilitando assim sua atuação de forma livre e criativa proporcionando a cada um, uma sala de aula acolhedora e diversificada, dando a oportunidade de participar das atividades adaptadas às necessidades de cada aluno, já que o professor vai ser sempre a interlocução ativa e mediador do sucesso e ou desenvolvimento das etapas de aprendizagem.

Talvez, o significado da palavra incluir, não esteja apenas ligado a inserir pessoas diferentes na sociedade, mas sim fazer um trabalho pedagógico diferenciado, à medida que o conceito de inclusão escolar é efetivamente compreendido, dificuldades vivenciadas na prática são solucionadas. Muitas vezes, valores pré-concebidos pelas pessoas, informações incorretas, até mesmo a falta de informação, preparo e de conhecimento constituem os maiores obstáculos à prática inclusiva.

Por fim, o acesso ao ensino às múltiplas formas de se apropriar das linguagens deve também alcançar os alunos que apresentam diferenças quanto à maneira de aprender e de perceber o mundo real e imaginário pelas práticas da leitura e escrita, em todos os ambientes de aprendizagem e convívio social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho proposto discorre sobre a reflexão acerca do ensino de Língua Portuguesa e sua relação com a inclusão e/ou exclusão social dos alunos no contexto da educação básica, no tocante à sala de aula.

Inferimos, portanto, que a inclusão na perspectiva escolar é uma questão de direitos humanos, cujos alunos com necessidade de atendimento e acompanhamento especiais devem fazer parte da escola, ou seja, incluídos em todo processo de ensino, aprendizagem e no funcionamento de toda estrutura física escolar, adaptando-se com suas possibilidades de convivência e realizações das atividades educacionais.

Por isso, tanto à escola e o professor devem reconhecer e responder às diversas dificuldades de seus alunos inclusivos, acomodando as diferentes metodologias de ensino e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, modificações organizacionais, estratégias de ensino, recursos e parcerias com a comunidade.

Contudo, fica evidente nesta pesquisa, que um dos desafios é a formação docente e treinamentos pedagógicos, possibilitando a criação de formas alternativas para o desempenho e desenvolvimento dos alunos incluídos, a fim de que sintam seguros e participativos, especificamente nas aulas de língua portuguesa com a interação na /pela linguagem, oportunizar os momentos de dúvidas em relação a escrita/fala e aumentar seu repertório linguístico, dentre outras.

Ademais, a idealização de uma escola inclusiva e de qualidade é um anseio de todos, principalmente da família envolvida. Sem a contribuição da família nesse processo em conjunto com o professor, dialogando sobre as necessidades e buscando soluções e melhorias juntos.

Por fim, é notório que a efetivação da educação inclusiva nas escolas ainda não foi totalmente consolidada e a luta por “uma escola para todos” ainda é um desafio grande a ser alcançado. Faz-se necessário e importante que este tema seja abordado com mais frequência, com o intuito de desmistificar a relação social, educativa e linguística dos alunos, e também cidadãos, com necessidades especiais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. 2009. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola Editorial.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 1999.

BAGNO, Marcos; STUBBS, Michael; GAGNÉ, Gilles. **Língua materna: letramento, variação e ensino**. São Paulo: Parábola, 2002b, p. 134.

Lucimari Gonçalves Araújo MOTA; Denyse Mota SILVA. O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E AS SUAS FACES: IMPLICAÇÃO E RELAÇÃO NA INCLUSÃO E OU EXCLUSÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA. JNT- Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. AGOSTO-OUTUBRO/2022. Ed. 39. Vol. 2. Págs. 344-356. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

Bortoni-Ricardo, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora? Sociolinguística & Educação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 15, 61.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Presidência da República, Brasília, 1966.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Brasília: CNE/CEB, 2001.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Presidência da República, Brasília, 1966.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Brasília: CNE/CEB, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ensinando a turma toda**. Revista *pátio*, ano v, nº 20, fevereiro/abril 2005.

_____. Maria Tereza Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MERCADO, E.L.O. FUMES, N.L.F. Base Nacional Comum Curricular e a educação especial no contexto da Inclusão escolar. **In:10 Encontro de formação de professores e 11 Fórum permanente internacional de inovação educacional**. Aracaju, 2017, p.1-16. Disponível em: <https://set.edu.br/enfope>. Acesso: 20/set/2022.

PAULO, Freire. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

ROJO, R.H.R. e MOITA LOPES, L.P. da. 2004. **Linguagens, códigos e suas tecnologias**. In: SEB/MEC (org.), *Orientações Curriculares do Ensino Médio*. 1ª ed. Brasília, MEC/SEB.